



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.camarafranca.sp.gov.br



Ata da Audiência Pública realizada em 26 de fevereiro de 2021 - Comissão de Finanças e Orçamento, em cumprimento da Resolução nº 478, de 02 de maio de 2013 – Audiência Pública com a finalidade de analisar o planejamento e a execução orçamentária e financeira da Prefeitura Municipal de Franca referente ao 3º quadrimestre de 2020.

No vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e um, na Câmara Municipal de Franca, sob a presidência do Ver. Carlinho Petrópolis Farmácia, realizou-se a audiência Pública, analisar o planejamento e a execução orçamentária e financeira da Prefeitura Municipal de Franca referente ao 3º quadrimestre de 2020. O Vereador explicou que a audiência pública é uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Tribunal de Contas. O edital de convocação foi publicado no dia 16 de fevereiro de 2021. O Vereador lembrou que a audiência está sendo transmitida via Youtube e Facebook e que os questionamentos deveriam ser enviados através dessas redes sociais e pelo whatsapp. O Vice-Presidente da Comissão de Finanças agradeceu a presença da secretária municipal de Finanças, Raquel Pereira; do responsável pela gestão orçamentária da pasta, Paulo Souza; da coordenadora de Finanças, Neide Lopes; e do assessor de planejamento orçamentário, Henrique Spirlandelli. O servidor Paulo Souza iniciou sua fala esclarecendo como se daria a apresentação, de forma geral e depois especificando as DAGs (demonstrações auxiliares dos gastos). De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, em seu art. 9º, §4º, § 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais. Assim como de acordo com a Lei 8936/2020, Art. 4º - A elaboração da Lei Orçamentária terá como Metas Fiscais o estabelecido no Demonstrativo I - Das Metas Fiscais - Anexo VII desta Lei, no que se refere ao equilíbrio fiscal, Resultado Primário e Resultado Nominal. Primeiramente foi tratado das receitas por fonte de recursos e subcategoria. Conforme quadro apresentado, o valor orçado pela Prefeitura em 2020 foi de R\$ 870.550.000,00, sendo que o valor arrecadado foi de 771.750.008,74, o que representa o percentual de 88,65%. A FACEF arrecadou 94,58% do valor orçado, a FDF arrecadou 81,62% do valor orçado, o SASSOM arrecadou 73,78% do valor orçado e a FEAC arrecadou apenas 42,62% do valor orçado, correspondente a R\$ 152.493,40. O total geral orçado foi de 946.592.608,83, o total arrecadado foi 839.866.208,23, o que correspondeu a 88,73%. Sobre as despesas por fontes de recursos e grupos, foi apresentado quadro que indicava o valor especificado de cada ente, como a Câmara, Prefeitura, FACEF, FDF, SASSOM, FEAC. Assim, o total geral orçado foi de R\$ 946.592.608,83, o empenhado foi R\$ 765.640.934,10, o total processado foi de R\$ 738.014.830,65 e o total pago R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.camarafranca.sp.gov.br



704.678.669,93. Quanto às despesas empenhadas por fonte e grupo, foi apresentada tabela que mostrava quanto deste valor vinha do Tesouro Municipal, transferências do Estado, Fundos Especiais, Administração Indireta, Transferências da União, Emendas e o Total Geral. Também houve a exposição de quadro que mostrava a fonte das despesas, como Pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras, amortização da dívida, reserva de contingência e o total geral. Sobre as disponibilidades líquidas, foram apresentados quadros que indicam as disponibilidades financeiras, os empenhos processados e não processados, mais restos a pagar, a disponibilidade líquida, despesas não processadas e a disponibilidade líquida, comparando as datas de 30 de abril de 2020 com 31 de agosto de 2020 e com 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro, o total geral era de R\$ 142.493.687,90 de disponibilidades financeiras, os empenhos processados e não processados mais restos a pagar R\$ 67.947.432,10, as disponibilidades líquidas de 74.546.255,80, somadas às despesas não processadas de R\$ 29.478.376,80, que equivale ao valor de R\$ 104.024.632,60. A administração teve o total de para iniciar o ano de 2017, o valor de R\$ 38.862.417,45. No final de 2020, entregou a Prefeitura com o valor total de R\$ 74.546.255,80. O sr. Paulo Souza esclareceu que a coluna “Ajuste LC 173/2020 classificado na fonte 01” corresponde à disponibilidade líquida do recurso recebido da União classificado na fonte 01 (três primeiras parcelas transferidas pela União), em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. A quarta parcela foi contabilizada na fonte 05. O assessor Legislativo Paulo Spirlandelli questionou se nesses R\$ 2.429 mil continham os valores devolvidos pela Câmara Municipal. O Sr. Paulo Souza respondeu que a devolução ocorreu em dezembro, então está sim contida. O Sr. Paulo Spirlandelli questionou se é possível dizer que se não houvesse sobra da câmara a prefeitura terminaria com zero de recursos. O Sr. Paulo Souza respondeu que o valor da câmara deve ser devolvido ao Poder executivo, desde que seja verificado o excesso. Como houve superávit, já foi usado parte para abertura de crédito suplementar, como o Projeto da procuradoria e o do FUSOL. São essas as destinações do superávit. O sr. Paulo trouxe algumas observações sobre o superávit. São disponibilidade líquidas. O que levou a essa situação foram as transferências da FEAC (redução significativa nas diferenças), reajuste salarial não concedido, não nomeações de comissionados e vedações da LC 173/2020. Faltou constar o valor repassado da Câmara. Sobre as transferências à FEAC, o valor era de R\$ 10 milhões e foi transferido R\$ 3 milhões. Deixou de ser transferido R\$ 7 milhões. Não houve transferência porque a FEAC não tinha como realizar suas atividades. Sobre o reajuste salarial em 2020 – o impacto estimado foi cerca de R\$ 7.6 milhões. Sobre as nomeações de comissionados, a estimativa é de R\$ 4.3 milhões. Sobre as proibições da LC 173, o art. 8º diz quais são as proibições durante o estado de calamidade. Sobre as receitas do COVID, foram quase 60 milhões de reais de transferência que ajudaram o município. O Vereador Gilson Pelizaro questionou acerca do valor repassado pelo Ministério Público. A coordenadora de Finanças, Neide Lopes esclareceu que foi uma ação que o MP destinou para a



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.camarafranca.sp.gov.br



confeção de máscaras. Foi bem no início da pandemia. Foi uma ação boa, muito importante. O assessor Paulo spirlandeli questionou se essa sobra continua vinculada à COVID, porque gostaria de esclarecimentos sobre a disponibilidade do valor de R\$ 29 milhões. A Sra. Neide Lopes disse que nós temos observando até 31 de dezembro, logo, hoje a situação está diferente. Destacando que foi o primeiro projeto encaminhado no valor de 14 milhões de reais que era só pra COVID. Logo, desse saldo, já foi tomada providencia para desenvolver ações. O Sr. Paulo Souza disse que a parte de execução já está praticamente vinculada, com despesas com pessoal, médicos terceirizados, transferências para Santa Casa, equipamentos e ações das entidades. Em seguida falou sobre as principais despesas que levavam à situação negativa da prefeitura. Houve uma inversão – saiu de uma disponibilidade líquida de 19 milhões e fechou em 2 milhões de reais. Se não fossem os resultados da COVID, talvez não seria possível fechar com esse resultado. As principais despesas, principalmente para a Santa Casa, foram muito superiores que em gestões anteriores. O mesmo com despesas trabalhistas, sentenças de medicamentos, creches, incluindo CCI do servidor, coleta de lixo, iluminação pública, orçamento impositivo. Por um lado, atende as demandas, mas na parte financeira apresenta dificuldades. À medida que reduz as disponibilidades, reduz os rendimentos bancários dos recursos próprios. Foram destacados o cartão-alimentação. Começou no final de 2014 e hoje representa 25 milhões de reais, em 2020. A evolução da UFMF representa o reajuste aplicado nas receitas. O último, 2,55%. Ressalvado o crescimento vegetativo que gera crescimento da despesa. Apresentou o histórico de aplicação, desde 2012. Gasto de pessoal fechou com 45,74%, saúde com 28,91% e ensino com 24,56%. As questões referentes à LC 173 não entraram nesse ponto. O assessor Paulo Spirlandeli questionou que, apesar de a lei citada não pede que se gaste só com a saúde em si, se comprou qualquer medicamento como dinheiro dessa lei entrou ou não nesse quadro. O sr. Paulo Souza respondeu que não. Tanto esse dinheiro quanto os transferidos do Estado também. Esse valor se refere apenas aos recursos próprios. O valor da LC 173 não entrou na receita corrente líquida. Sobre a questão do ensino tem que prestar contas e apurar de duas formas: pelo tribunal de contas e pelo SIOPE (da Uniao). Perante o tribunal de contas ficou acima dos 25%, pelo SIOPE ficou em 24%. O Sr. Henrique Spirlandeli disse que a apuração é diferente do tribunal de contas. Esse impacto de 24% é na metodologia do SIOPE. O tribunal de contas apurou 24,93% da despesa liquidada, porém ainda vai incluir os restos a pagar do final do ano. Considerando esses restos a pagar o tribunal vai chegar em aproximadamente 25,25%. O SIOPE tem metodologia diferente: junta as despesas do FUNDEB e dos 25% e faz algumas deduções. Por exemplo, não foi gasto o valor total do FUNDEB. Como essa despesa não foi empenhada, prejudicou o percentual. Se ela tivesse sido realizado 100% do fundeb, a despesa seria de 25,65%. Temos até março para gastar. Não sabemos como vai ser a decisão do SIOPE. O Sr. Paulo Souza disse que quanto ao tribunal de contas, já foi preenchido. Na visita e audição, faz o levantamento e cumpre as despesas. Assim, o percentual será definido e vai superar os 25%. É até estranho porque a União coloca os recursos que receberam de FUNDEB durante o



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.camarafranca.sp.gov.br



ano tem que ser gasto, no mínimo, 95%, o restante pode ser gasto até março. Mas a União não considera esse valor que pode ser gasto até março. Essa questão está sendo discutida no judiciário. Esse ano foi atípico pela questão da pandemia. A própria LC 173/2020 alterou o art. 165 da LRF e dá um entendimento de que o município pode não ser prejudicado em questão de transferências voluntárias. Sobre a dívida fundada: fechou em R\$ 14.123.087,23. A previsão é para 2023 que venha zerar. A amortização da dívida fundada é feita com base na UFPM. Como oscila o valor da UFPM, oscila o valor amortizado. Sobre as DAGs (demonstrações auxiliares dos gastos): o relatório foi extenso e foi encaminhado para a Câmara. É quase impossível ter respostas para tudo, a prefeitura tem quase 30 mil empenhos. Caso haja alguma questão específica, pode ser esclarecida. Sobre o resultado nominal, houve redução de dívida – leva em conta o caixa, a disponibilidade financeira. Assim, o Sr. Paulo Souza encerrou sua apresentação. O Vereador Carlinho Petrópolis agradeceu nominalmente a presença de todos. O primeiro a fazer perguntas foi o Vereador Gilson Pelizaro. Agradeceu a presença de todos e ressaltou a importância da transparência com a questão pública. Disse que precisamos saber o que vai acontecer em 2021. A preocupação é acerca de quais os riscos corremos de reestabelecer esse crédito para os municípios. Foi uma compensação de receita. A perspectiva de 2021 é pior do que de 2020, em termos de COVID. Diz que não sabe se o governo estará interessado em colocar esse tipo de recursos. Estão comprometidos com sua receita. Nem o auxílio emergencial está sendo discutido da forma que devia. Isso pode refletir inclusive no pagamento de servidor. O valor de R\$ 40 milhões é um valor considerável. Os recursos de superávit já estão sendo utilizado, com coisas que até então não eram previstas. Pode ter problemas em torno de arrecadação do município. A Sra. Neide Lopes disse que é muito importante a colocação. A preocupação é de todos porque a compensação que veio no ano passado ainda não está sendo sinalizada. E todo esse valor (R\$ 30 milhões) já está praticamente todo comprometido. Folha de pagamento, transferência com Santa Casa. Ao que parece, a situação da pandemia persiste em seu momento mais agudo. Temos monitorado toda essa situação. O Vereador Gilson disse que aparentemente a economia deu uma reagida, mas pode ser que a situação piore. A Sra. Neide respondeu que a situação tem que ser acompanhada porque não está seguro. No início tomamos como meta os contratos em andamento. Na próxima demonstração vai aparecer que gastou muito mais. O que tem que ser garantido já foi empenhado e está sendo monitorado no sentido de contenção de acordo com o andamento da despesa e receita. Gilson Pelizaro disse que estava disposto a ajudar no que precisar. O Sr. Paulo spirlandeli disse que nós falamos de números e parece que é uma ginástica eterna. Com os quadros que vocês apresentaram da disponibilidade, há um quadro que ele deixou para o Gilson de Souza (ex-Prefeito) e o que ele está recebendo de volta. Perguntou se a situação está melhor ou pior. Também questionou sobre o valor de R\$ 74 milhões, se o valor já estava vinculado, como era sua disponibilidade. A Sra. Neide respondeu que, com relação ao quadro, gostaria de colocar que está demonstrada a disponibilidade líquida com relação a recursos próprios. Há uma dificuldade em demonstrar isso pela diferença entre



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.camarafranca.sp.gov.br



recursos vinculados e disponibilizados. Temos que fazer o desmembramento dos R\$ 74 milhões. Existem fundo da criança, meio ambiente, idoso. É feito mediante projetos específicos, devidamente aprovados nos Conselhos. Há uma exigência e dificuldade maior na realização desses recursos. Assim como no recurso de ensino, do COVID. Outra situação importante é com relação aos 35 milhões de folha paga. Isso há que ser considerado também. Estamos com dificuldade inicial do governo para dar agilidade nas ações – dar andamento aos gastos utilizando os recursos específicos, que tem finalidade específica, mas que demanda uma parte técnica bem aprofundada e agilidade. Seguramente pode ocorrer uma demanda maior de projetos ao legislativo. O Sr. Paulo Spirlandeli disse que quanto mais mexidas no orçamento, mais necessidade de estudos na câmara. Revelou que tem percebido que o governo está engessado, com dificuldade de andar. Disse que era bom ouvir o reconhecimento disso. Disse que faria questionamentos via requerimentos. Foram tecidos comentários sobre as DAGs. O Sr. Paulo Souza disse que foi aprovada uma lei no ano anterior, mas que houve problemas na publicação. O Sr. Paulo Spirlandeli falou sobre a importância da DAG. Falou que o valor gasto com o gabinete na gestão anterior era de R\$ 9 mil por dia. A DAG é importante para deixar claro como esses valores são calculados. O Vereador Carlinho Petrópolis fez a leitura de questionamentos através das redes sociais. A Sra. Elaine Cristina Rocha do Residencial Copacabana afirmou que o Prefeito Gilson não deixou dívidas. O Sr. Paulo respondeu que não deixou, mas o problema, como observado pelo vereador Gilson Pelizaro, é a continuidade. A receita tem sofrido impactos em razão da pandemia. A outra pergunta é do Daniel do Conselho da Cultura sobre o recurso da Lei Aldir Blanc. Em muitas cidades, como Sorocaba, o parecer foi favorável pelo recebimento do dinheiro que tinha sido retido de imposto de renda. O Sr. Henrique Spirlandeli disse que se o valor for pago como auxílio, tem que passar o imposto de renda, na alíquota correta. A retenção foi feita de acordo com a lei federal. De todo modo, é possível recuperar esse valor com a declaração do imposto de renda. Sobre o orçamento de 2020, o Sr. Paulo Spirlandeli disse que houve uma frustração de receita de imposto séria. Disse que questionou sobre o aumento de ICMS e transferências de multas, fundos de participação municipal na ordem de 11%. Disse que o orçamento estava inflado artificialmente para compor um número, mesmo que as pessoas não admitam isso. Questionou se isso está sendo feito no orçamento de 2021. Disse que, aparentemente a pandemia foi boa para o balanço, mas questionou se essa situação vai permanecer. O Sr. Paulo Souza disse que há considerações para serem feitas. A pandemia ajudou no orçamento anterior, pelo recebimento de verbas (R\$ 64 milhões a mais no orçamento). 11% pode não ser o índice ideal, mas é preciso levar em conta a inflação e consolidar os índices. Se há uma receita que pode ser impactada por mais de um tipo de setor. Tentando chegar próximo ao que foi utilizado. Estive na montagem da peça anterior e nessa. Existia uma dificuldade na elaboração da LDO. Houve cautela de manter o orçamento próximo ao que era, somada a inflação. O orçamento no total global foi mantido. Foram reduzidas as alienações (cerca de 25 milhões de reais) de previsão de venda de imóveis que não se realizou. Foi uma medida de não colocar na peça. O orçamento



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.camarafranca.sp.gov.br



ficou no mesmo valor. Com a retomada que vem acontecendo na economia, podemos chegar lá, mas é complicada diante da situação que está. É uma dificuldade até retomar suas atividades. O Vereador Gilson Pelizaro disse que não temos dados comparativos entre a gestão passada e essa, só poderemos fazer isso daqui há quatro anos. Precisamos dar uma nota alta para quem saiu da gestão. Se conseguir entregar daqui a quatro anos da mesma forma, tem que parabenizar. A prefeitura não existe para ter lucro, mas para fazer projetos sociais, gastar os recursos que tem. Não sabemos como vai ser a evolução daqui até 4 anos. Para fazer justiça com relação ao que aconteceu. A Sra. Neide disse que temos que fazer uma gestão eficiente, voltada à população. Uma análise vinculada a esse valor tem que ser otimizada para impactar a vida do munícipe. Foi uma apresentação dos dados de uma gestão que foi executada. O formato foi o mesmo, o máximo de dados possível. O Vereador Marcelo Tidy agradeceu o atendimento de sempre, mas disse que o portal da transparência é de difícil acesso, mas desejou boa sorte na nova caminhada. Por fim, o Vereador Carlinho Petrópolis agradeceu a presença de todos e finalizou a audiência. Nada havendo mais a constar, Eu, Maria Laura de Oliveira Souza, Coordenadora Legislativa, lavrei esta ata. Anexa a relação de participantes da audiência.

VEREADOR CARLINHO PETRÓPOLIS FARMÁCIA

Vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento